



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90004/2024**  
**(Processo Administrativo – PROAD n.º 409/2024)**

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – PARAÍBA (UASG 080005)**, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n, Centro, João Pessoa/PB, CEP nº 58013-260, inscrito no CNPJ nº 02.658.544/0001-70, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **Menor Preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **24/04/2024**

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: **08:15 às 14:15**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo para a Coordenadoria de Saúde, com o objetivo de atender as necessidades da Seção de Assistência Médica e Saúde Ocupacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

A contratação será em <b>65 (sessenta e cinco) itens</b> , conforme tabela constante abaixo.					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>Ácido acetilsalicílico 100 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	03	7,58	22,74
2	<b>Ácido mefenâmico 500 mg.</b> Apresentação: caixa com 24 comprimidos.	Caixa	05	16,17	80,85
3	<b>Adrenalina 1 mg/ml.</b> Apresentação: ampola de 1ml.	Ampola	50	3,10	155,00
4	<b>Água destilada</b> , solução injetável, estéril. Apresentação: ampola de 10ml.	Ampola	20	0,67	13,40
5	<b>Álcool etílico hidratado 70º</b> INPM EMFAL contém não menos que 69,10 % (p/p) e não mais que 73,30 % (p/p). Apresentação: frasco de 1 litro.	Frasco	05	10,13	50,65
6	<b>Algodão Hidrófilo</b> em manta, composto de fibras 100 % algodão. Apresentação: Rolo com 500 gramas.	Rolo	04	23,65	94,60
7	<b>Amiodarona 150mg.</b> Apresentação: ampola de 3ml	Ampola	15	4,03	60,45

	(50mg/ml).				
8	<b>Anlodipina 5 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	06	4,29	25,74
9	<b>Atadura crepom 15cm x 1,8m,</b> 13 fios, pode ser esterilizada em autoclave. Apresentação: rolo	Rolo	24	1,79	42,96
10	<b>Atenolol 50 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	03	4,97	14,91
11	<b>Bromazepam 3 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	03	10,87	32,61
12	<b>Brometo de n-butilescolamina.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	06	17,49	104,94
13	<b>Cafeína 30 mg + carisoprodol 125 mg + diclofenaco sódico 50 mg + paracetamol 300 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	20	17,37	347,40
14	<b>Caixa coletora de 3 litros para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes.</b> Fabricada dentro das normas atuais da NBR 13853-1/2018, garantindo proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos e possuir desconector de agulha no coletor.	Caixa	30	15,35	460,50
15	<b>Captopril 25 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	08	6,53	52,24
16	<b>Citrato de orfenadrina 50 mg + dipirona 300 mg + cafeína 35 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	25	17,73	443,25
17	<b>Clonazepam 0,25 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	05	7,84	39,20
18	<b>Clopidogrel 75 mg.</b> Apresentação: caixa com 28 comprimidos.	Caixa	03	27,48	82,44
19	<b>Cloridrato de clonidina, 0,2 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	03	13,06	39,18



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

20	<b>Cloridrato de benzydamina</b> Apresentação: caixa com 12 pastilhas.	Caixa	15	17,44	261,60
21	<b>Cloridrato de cetirizina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos.	Caixa	08	63,95	511,6
22	<b>Cloridrato de fenilefrina 10 mg + maleato de dextroclorofeniramina 1 mg + aas 400 mg + cafeína 30 mg.</b> Apresentação: blister com 04 comprimidos.	Blister	30	10,81	324,3
23	<b>Cloridrato de fexofenadina 60 mg + cloridrato de pseudoefedrina 120 mg.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos.	Caixa	15	60,87	913,05
24	<b>Compressa de gaze estéril</b> 7,5x7,5cm – 11 fios, pacote com 10 unidades.	Pacote	100	1,13	113,00
25	<b>Diazepam 10mg.</b> Apresentação: ampola de 2ml	Ampola	12	1,47	17,64
26	<b>Dimenidrinato 50 mg + piridoxina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	06	18,93	113,58
27	<b>Dinitrato de isossorbida 5 mg</b> . Apresentação: caixa com 30 comprimidos de uso sublingual.	Caixa	03	12,64	37,92
28	<b>Dipirona monoidratada, 1g.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos.	Caixa	25	11,58	289,50
29	<b>Dipirona sódica 250 mg + brometo de nbutilescopolamina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	08	16,98	135,84
30	<b>Dipropionato de beclometasona 400mcg/ml, flaconete com 02ml.</b> Apresentação: caixa com 10 flaconetes.	Caixa	03	72,06	216,18
31	<b>Eletrodo ECG para Monitoração Cardíaca Descartável</b> , no modelo Gota, tamanho adulto. Dorso de espuma; gel condutor adesivo; adesivo acrílico hipoalergênico; pino de bronze revestido por	Envelope	30	21,39	641,70

	níquel; contra-pino de ABS revestido de prata + cloreto de prata. Apresentação: envelope com 50 unidades.				
32	<b>Eletrodo para eletroestimulação transcutânea (TENS).</b> Autoadesivo e reutilizável. Tamanho de 5cm x 9cm. Altamente flexível, se adapta a regiões não anatômicas. Alta aderência e condutibilidade. Dispensa uso de gel ou fita adesiva. Apresentação: Pacote com 04 unidades.	Pacote	30	58,34	1.750,20
33	<b>Fitas/Tiras Reagentes para Medição de Glicose compatíveis com aparelho G-Tech Free 1;</b> eletrodos em ouro. Apresentação: caixa com 50 unidades.	Caixa	20	66,67	1.333,40
34	<b>Auto Lanceta Automática 28 Gramas.</b> Atende a NR 32; Acionamento por contato; Trifacetada; Método de esterilização: Radiação Gama. Não permite reutilização. Apresentação: caixa com 100 unidades.	Caixa	05	51,3	256,50
35	<b>Gel cicatrizante com alginato de cálcio e sódio, hidrogel.</b> Apresentação: bisnaga de 85 mg.	Bisnaga	06	61,83	370,98
36	<b>Gel clínico condutor, não gorduroso, inodoro, incolor e hidrossolúvel.</b> PH neutro. Isento de substâncias tóxicas. Utilizado para ECG, ultrassonografia, TENS e aplicações semelhantes. Apresentação: bisnaga de 320ml.	Bisnaga	08	6,79	54,32
37	<b>Gluconato de clorexidina degermante (2%).</b> Apresentação: frasco com 100ml.	Frasco	04	6,67	26,68
38	<b>Hidroclorotiazida 25 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	06	2,21	13,26



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

39	<b>Hidrocortisona 500mg.</b> Apresentação: Frasco ampola + diluente (2ml).	Frasco	08	9,17	73,36
40	<b>Hidróxido de alumínio 200 mg + hidróxido de magnésio 200 mg + simeticona 30 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	15	20,62	309,30
41	<b>Isordil 10mg, uso sublingual.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	03	12,76	38,28
42	<b>Loratadina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos.	Caixa	06	6,87	41,22
43	<b>Losartana potássica 50 mg</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	10	5,02	50,20
44	<b>Maleato de dexclorfeniramina 2 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	04	7,05	28,20
45	<b>Meloxicam 15 mg, injetável.</b> Apresentação: caixa contendo 05 ampolas com 1,5 ml.	Caixa	04	37,10	148,40
46	<b>Mesilato de di-hidroergotamina 1 mg + dipirona monoidratada 350 mg + cafeína 100 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos.	Caixa	08	18,54	148,32
47	<b>Mucato de isometepteno 30 mg + dipirona sódica 300 mg + cafeína anidra 30 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	08	21,37	170,96
48	<b>Nimesulida betaciclodextrina 400 mg.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos.	Caixa	20	39,94	798,80
49	<b>Ondansetrona 8 mg.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos de uso sublingual.	Caixa	08	29,29	234,32
50	<b>Omeprazol 20 mg.</b> Apresentação: caixa com 28 cápsulas.	Caixa	10	11,57	115,70
51	<b>Paracetamol 750 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos	Caixa	15	8,11	121,65
52	<b>Paracetamol 500 mg + cafeína 65 mg.</b> Apresentação:	Blister	30	7,77	233,10

	blister com 02 comprimidos efervescentes.				
53	<b>Piroxicam 20 mg.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos de uso sublingual.	Caixa	08	66,89	535,12
54	<b>Prometazina 50mg.</b> Apresentação: ampola de 2ml.	Ampola	10	4,12	41,20
55	<b>Rolo de papel lençol descartável 70cmx50m</b> para maca. Apresentação: rolo.	Rolo	15	19,29	289,35
56	<b>Saccharomyces boulardii – 17 – liofilizado.</b> Apresentação: caixa com 06 cápsulas de 200 mg.	Caixa	10	39,73	397,30
57	<b>Seringa descartável de 3ml,</b> com agulha 25 x 0,70 mm e dispositivo de segurança "luer lock" Apresentação: caixa com 100 unidades.	Caixa	01	45,66	45,66
58	<b>Seringa descartável de 5ml,</b> com agulha 25 x 0,70 mm e dispositivo de segurança "luer lock" Apresentação: caixa com 100 unidades.	Caixa	01	56,40	56,40
59	<b>Simeticona 40 mg</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Ampola	8	10,56	84,48
60	<b>Solução de glicose 50%,</b> injetável, estéril. Apresentação: ampola de 10ml.	Ampola	30	1,01	30,30
61	<b>Solução de glicose 5%,</b> sistema fechado, estéril. Apresentação: frasco com 500ml.	Frasco	06	8,90	53,40
62	<b>Solução de polihexanida biguanida (PHMB).</b> Apresentação: frasco de 350ml.	Frasco	03	148,22	444,66
63	<b>Soro fisiológico 0,9%, sistema fechado, solução injetável estéril.</b> Apresentação: frasco com 500ml.	Frasco	08	8,65	69,20
64	<b>Soro fisiológico 0,9%, injetável, estéril.</b> Apresentação: ampola de 10ml.	Ampola	30	2,17	65,10
65	<b>Valerato de betametazona 0,5 mg + cetoconazol 20 mg + neomicina 2,5 mg – creme.</b> Apresentação: embalagem	Bisnaga	05	21,74	108,70



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

	contendo uma bisnaga com 15 gramas.				
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 14.451,75</b>

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRT13 a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

3.6. Independentemente do percentual de tributo previsto na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.8.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir das **8h15min** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do menor preço por ITEM**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado para que, **no prazo de 3 (três) horas**, seja enviada a proposta e, se necessário, documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. **Na proposta comercial** devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações, **cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos** indicados abaixo:

5.4.1. **Prazo de validade da proposta:** no mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da apresentação;

5.4.2. **Prazo de entrega:** no máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho da Despesa;

5.4.3. **Prazo de garantia:** no mínimo de 90 (noventa) dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, contados do recebimento definitivo do produto. Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço unitário ou global máximo definido para a contratação;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo (quando houver) que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. O agente de contratação, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicafe, será solicitado ao fornecedor o envio, **no prazo de 3 (três) horas**, desses por meio do sistema.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.6.1. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. O agente de contratação, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 6.10. A verificação pelo agente de contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para:
- 7.2.1. assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta;
- 7.2.2. apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução desta contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, na forma da Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016, podendo ser utilizado o **modelo constante em Anexo**;
- 7.2.3. Comprovação, nos termos estabelecidos pelo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021), de:
- 7.2.3.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016; e

7.2.3.2. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

7.2.3.3. A comprovação prevista neste item poderá ser suprida por uma Declaração firmada pelo representante legal da empresa, conforme **modelo constante em anexo**, de que a mesma não possui a inscrição referente ao subitem 7.2.3.1. e que não foi condenada (nem seus dirigentes) por infringir a legislação apontada no subitem 7.2.3.2.

7.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5. O prazo de vigência da contratação é de **38 (trinta e oito) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho da Despesa, sem prejuízo da garantia estabelecida pelo art. 26, II, da Lei nº 8.078/1990 (SEÇÃO IV – Da Decadência e da Prescrição – Código de Defesa do Consumidor), conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) **Advertência**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e IX, X, XI e XII da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
- d) **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei nº 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);
- e) **Multa de 20% (vinte por cento)** sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei nº 14.133/2021 (inexecução total do contrato);
- f) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,

pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da Lei nº 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

[...] II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I do §6º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, na forma de regulamento.

8.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo;

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

8.6. A aplicação das sanções previstas no caput do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

8.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

8.8. Conforme previsão estabelecida no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da referida Lei, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

8.9. Conforme previsão estabelecida no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal;

8.10. Conforme previsão estabelecida no art. 163 da Lei nº 14.133/2021, é admitida a reabilitação da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- pagamento da multa;
- transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no Art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.10.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

8.11. Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurando à Contratada infratora o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. **Em caso de discrepância entre este Aviso de Contratação Direta, seus anexos e os dados incluídos no Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, prevalecerá a redação do Aviso de Contratação Direta e seus anexos.**

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.14.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.14.3. ANEXO III – Modelo da declaração em conformidade com a Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016;

9.14.4. ANEXO IV - Modelo de declaração em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Instituído pela Resolução CSJT nº 310/2021).

João Pessoa/PB, 18 de abril de 2024

(assinado eletronicamente)  
**RONALDO VIEIRA DE ARAGÃO**  
Agente de Contratação



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**ANEXO I**

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

## **ANEXO I**

### **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

#### **1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



**PROAD Nº 00409/2024**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

“Aquisição de material de consumo – Coordenadoria de Saúde”

### **1 – DO OBJETO**

**1.1** – O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de material de consumo para a Coordenadoria de Saúde, com o objetivo de atender as necessidades da Seção de Assistência Médica e Saúde Ocupacional, conforme previsão legal estabelecida no art. 6º, XXIII e art. 72, I, da Lei nº 14.133/2021 e especificações identificadas neste instrumento.

### **2 – DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** – A presente aquisição tem como objetivo complementar e repor o estoque regulador, visando suprir as necessidades e manter a operacionalidade desta Coordenadoria no presente ano.

Esta aquisição é de fundamental importância para um bom funcionamento dos consultórios médicos, de fisioterapia e de enfermagem desta Sede, do Fórum Maximiano Figueiredo e do Fórum Irineu Joffily, em Campina Grande; proporcionando um bom atendimento aos magistrados, servidores e respectivos dependentes, contribuindo ainda para a diminuição do absenteísmo. Através do sequencial 2, observa-se relatório do almoxarifado usado como parâmetro para estabelecer o quantitativo



que está sendo solicitado. Informa-se, ainda, a inexistência de disponibilidade em estoque do objeto da contratação.

Ressalta-se ainda que alguns itens foram acrescentados e/ou tiveram o seu quantitativo aumentado para atender a demanda das participações da Coordenadoria de Saúde nas ações sociais do Projeto “TRT13 em Movimento”.

**2.2** – A demanda está em consonância com o **Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026** (RA nº 036/2021; Processo: 0000184-36.2021.5.13.0000), conforme Objetivo Estratégico 8: Incrementar Modelo de Gestão de Pessoas em Âmbito Nacional.

**2.3** – A contratação pretendida está prevista no **Plano Anual de Aquisições e Contratações – PAAC** – exercício 2024 (PROAD Nº 4247/2023) – ID Nº 1153.

### 3 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<b>Ácido acetilsalicílico 100 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	03	7,58	22,74
2	<b>Ácido mefenâmico 500 mg.</b> Apresentação: caixa com 24 comprimidos.	Caixa	05	16,17	80,85
3	<b>Adrenalina 1 mg/ml.</b> Apresentação: ampola de 1ml.	Ampola	50	3,10	155,00
4	<b>Água destilada,</b> solução injetável, estéril. Apresentação: ampola de 10ml	Ampola	20	0,67	13,40
5	<b>Álcool etílico hidratado 70°</b> INPM EMFAL contém não menos	Frasco	05	10,13	50,65



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	que 69,10 % (p/p) e não mais que. 73,30 % (p/p) . Apresentação: frasco de 1 litro				
6	<b>Algodão Hidrófilo</b> em manta, composto de fibras 100 % algodão. Apresentação: Rolo com 500 gramas	Rolo	04	23,65	94,60
7	<b>Amiodarona 150mg.</b> Apresentação: ampola de 3ml (50mg/ml)	Ampola	15	4,03	60,45
8	<b>Anlodipina 5 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos	Caixa	06	4,29	25,74
9	<b>Atadura crepom 15cm x 1,8m,</b> 13 fios, pode ser esterilizada em autoclave. Apresentação: rolo	Rolo	24	1,79	42,96
10	<b>Atenolol 50 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	03	4,97	14,91
11	<b>Bromazepam 3 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	03	10,87	32,61
12	<b>Brometo de n-butilescopolamina.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	06	17,49	104,94
13	<b>Cafeína 30 mg + carisoprodol 125 mg + diclofenaco sódico 50 mg + paracetamol 300 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	20	17,37	347,40
14	<b>Caixa coletora de 3 litros para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes.</b> Fabricada dentro das normas atuais da NBR	Caixa	30	15,35	460,50





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	13853-1/2018, garantindo proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos e possuir desconector de agulha no coletor.				
15	<b>Captopril 25 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	08	6,53	52,24
16	<b>Citrato de orfenadrina 50 mg + dipirona 300 mg + cafeína 35 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	25	17,73	443,25
17	<b>Clonazepam 0,25 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	05	7,84	39,20
18	<b>Clopidogrel 75 mg.</b> Apresentação: caixa com 28 comprimidos	Caixa	03	27,48	82,44
19	<b>Cloridrato de clonidina, 0,2 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	03	13,06	39,18
20	<b>Cloridrato de benzidamina</b> Apresentação: caixa com 12 pastilhas	Caixa	15	17,44	261,60
21	<b>Cloridrato de cetirizina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos.	Caixa	08	63,95	511,6
22	<b>Cloridrato de fenilefrina 10 mg + maleato de dextroclorfeniramina 1 mg + aas 400 mg + cafeína 30 mg.</b> Apresentação: blister com 04 comprimidos.	Blister	30	10,81	324,3
23	<b>Cloridrato de fexofenadina 60 mg + cloridrato de pseudoefedrina 120 mg.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos.	Caixa	15	60,87	913,05



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

24	<b>Compressa de gaze estéril</b> 7,5x7,5cm – 11 fios, pacote com 10 unidades.	Pacote	100	1,13	113,00
25	<b>Diazepam 10mg.</b> Apresentação: ampola de 2ml	Ampola	12	1,47	17,64
26	<b>Dimenidrinato 50 mg + piridoxina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	06	18,93	113,58
27	<b>Dinitrato de isossorbida 5 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos de uso sublingual.	Caixa	03	12,64	37,92
28	<b>Dipirona monoidratada, 1g.</b> Apresentação: caixa com 10 comprimidos	Caixa	25	11,58	289,50
29	<b>Dipirona sódica 250 mg + brometo de nbutilescopolamina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	08	16,98	135,84
30	<b>Dipropionato de beclometasona 400mcg/ml, flaconete com 02ml.</b> Apresentação: caixa com 10 flaconetes.	Caixa	03	72,06	216,18
31	<b>Eletrodo ECG para Monitoração Cardíaca Descartável</b> , no modelo Gota, tamanho adulto. Dorso de espuma; gel condutor adesivo; adesivo acrílico hipoalergênico; pino de bronze revestido por níquel; contra-pino de ABS revestido de prata + cloreto de prata. Apresentação: envelope com 50 unidades	Envelope	30	21,39	641,70



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

32	<b>Eletrodo para eletroestimulação transcutânea (TENS).</b> Autoadesivo e reutilizável. Tamanho de 5cm x 9cm. Altamente flexível, se adapta a regiões não anatômicas. Alta aderência e condutibilidade. Dispensa uso de gel ou fita adesiva. Apresentação: Pacote com 04 unidades	Pacote	30	58,34	1.750,20
33	<b>Fitas/Tiras Reagentes para Medição de Glicose compatíveis com aparelho G-Tech Free 1;</b> eletrodos em ouro. Apresentação: caixa com 50 unidades.	Caixa	20	66,67	1.333,40
34	<b>Auto Lanceta Automática 28 Gramas.</b> Atende a NR 32; Acionamento por contato; Trifacetada; Método de esterilização: Radiação Gama. Não permite reutilização. Apresentação: caixa com 100 unidades.	Caixa	05	51,3	256,50
35	<b>Gel cicatrizante com alginato de cálcio e sódio, hidrogel.</b> Apresentação: bisnaga de 85 mg.	Bisnaga	06	61,83	370,98
36	<b>Gel clínico condutor, não gorduroso, inodoro, incolor e hidrossolúvel.</b> PH neutro. Isento de substâncias tóxicas. Utilizado para ECG, ultrassonografia, TENS e aplicações semelhantes. Apresentação: bisnaga de 320ml.	Bisnaga	08	6,79	54,32
37	<b>Gluconato de clorexidina degermante (2%)</b> . Apresentação: frasco com	Frasco	04	6,67	26,68



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	100ml				
38	<b>Hidroclorotiazida 25 mg.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	06	2,21	13,26
39	<b>Hidrocortisona 500mg.</b> Apresentação: Frasco ampola + diluente (2ml)	Frasco	08	9,17	73,36
40	<b>Hidróxido de alumínio 200 mg + hidróxido de magnésio 200 mg + simeticona 30 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Caixa	15	20,62	309,30
41	<b>Isordil 10mg, uso sublingual.</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos.	Caixa	03	12,76	38,28
42	<b>Loratadina 10 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos	Caixa	06	6,87	41,22
43	<b>Losartana potássica 50 mg</b> Apresentação: caixa com 30 comprimidos	Caixa	10	5,02	50,20
44	<b>Maleato de dexclorfeniramina 2 mg.</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos	Caixa	04	7,05	28,20
45	<b>Meloxicam 15 mg, injetável.</b> Apresentação: caixa contendo 05 ampolas com 1,5 ml.	Caixa	04	37,10	148,40
46	<b>Mesilato de di-hidroergotamina 1 mg + dipirona monoidratada 350 mg + cafeína 100 mg.</b> Apresentação: caixa com 12 comprimidos.	Caixa	08	18,54	148,32
47	<b>Mucato de isometepto 30 mg + dipirona sódica 300 mg + cafeína anidra 30 mg.</b>	Caixa	08	21,37	170,96



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	Apresentação: caixa com 20 comprimidos.				
48	<b>Nimesulida</b> betaciclodextrina 400 mg. Apresentação: caixa com 10 comprimidos.	Caixa	20	39,94	798,80
49	<b>Ondansetrona</b> 8 mg. Apresentação: caixa com 10 comprimidos de uso sublingual.	Caixa	08	29,29	234,32
50	<b>Omeprazol</b> 20 mg. Apresentação: caixa com 28 cápsulas.	Caixa	10	11,57	115,70
51	<b>Paracetamol</b> 750 mg. Apresentação: caixa com 12 comprimidos	Caixa	15	8,11	121,65
52	<b>Paracetamol 500 mg + cafeína 65 mg.</b> Apresentação: blister com 02 comprimidos efervescentes	Blister	30	7,77	233,10
53	<b>Piroxicam</b> 20 mg. Apresentação: caixa com 10 comprimidos de uso sublingual.	Caixa	08	66,89	535,12
54	<b>Prometazina</b> 50mg. Apresentação: ampola de 2ml.	Ampola	10	4,12	41,20
55	<b>Rolo de papel lençol descartável 70cmx50m</b> para maca. Apresentação: rolo	Rolo	15	19,29	289,35
56	<b>Saccharomyces boulardii – 17 – liofilizado.</b> Apresentação: caixa com 06 cápsulas de 200 mg.	Caixa	10	39,73	397,30
57	<b>Seringa descartável de 3ml,</b> com agulha 25 x 0,70 mm e dispositivo de segurança "luer lock" Apresentação: caixa com 100 unidades	Caixa	01	45,66	45,66



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

58	<b>Seringa descartável de 5ml</b> , com agulha 25 x 0,70 mm e dispositivo de segurança "luer lock" Apresentação: caixa com 100 unidades	Caixa	01	56,40	56,40
59	<b>Simeticona 40 mg</b> Apresentação: caixa com 20 comprimidos.	Ampola	8	10,56	84,48
60	<b>Solução de glicose 50%</b> , injetável, estéril. Apresentação: ampola de 10ml	Ampola	30	1,01	30,30
61	<b>Solução de glicose 5%</b> , sistema fechado, estéril. Apresentação: frasco com 500ml.	Frasco	06	8,90	53,40
62	<b>Solução de polihexanida biguanida (PHMB).</b> Apresentação: frasco de 350ml.	Frasco	03	148,22	444,66
63	<b>Soro fisiológico 0,9%, sistema fechado, solução injetável estéril.</b> Apresentação: frasco com 500ml	Frasco	08	8,65	69,20
64	<b>Soro fisiológico 0,9%, injetável, estéril.</b> Apresentação: ampola de 10ml.	Ampola	30	2,17	65,10
65	<b>Valerato de betametazona 0,5 mg + cetoconazol 20 mg + neomicina 2,5 mg - creme.</b> Apresentação: embalagem contendo uma bisnaga com 15 gramas.	Bisnaga	05	21,74	108,70
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					<b>14.276,99</b>



**3.1** – Os produtos médicos deverão ter seu prazo de fabricação não anterior a 06 (seis) meses ou que a data de validade dos mesmos não seja inferior a 02 (dois) anos, a contar da data da entrega;

**3.2** – Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto, incluindo: MARCA, MODELO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE e REGISTRO NA ANVISA (se for o caso); de acordo com as características dos produtos registrados na proposta apresentada.

#### **4 – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** – Efetuou-se pesquisa de preços para o objeto pretendido, em conformidade com a IN nº 65/2021, de 07/07/2021, do Ministério da Economia, objetivando estabelecer parâmetro para a aquisição de material de consumo para a Coordenadoria de Saúde com o objetivo de atender às necessidades da Seção de Assistência Médica e Saúde Ocupacional, em atendimento à legislação específica, consoante especificado no Documento de Oficialização da Demanda (doc. 01), nos moldes seguintes:

DESCRIÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO COM BASE NOS DISPOSITIVOS DA IN 65/2021			
DISPOSITIVO LEGAL	LOCAL DE PESQUISA	PERIODICIDADE	RESULTADO DA PESQUISA
Inciso I, do art. 5º	COMPRAS GOVERNAMENTAIS	Últimos 12 (doze) meses	Contemplando contratação de mesma natureza e/ou que atenda às especificações do objeto deste protocolo (docs. 16/17), através das ferramentas Banco de Preços e Painel de Preços;
Inciso II, do art. 5º	OUTROS ENTES PÚBLICOS	Últimos 12 (doze) meses	Identificado registro (docs. 16/17), através das ferramentas Banco de Preços e Painel de Preços;



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

Inciso III, do art. 5º	SITES ESPECIALIZADOS  DOMÍNIO AMPLO	Últimos 06 (seis) meses	- Identificado registro (docs. 16/17), através das ferramentas Banco de Preços e Painel de Preços; - Selecionados preços em Lojas de marketplace/departamento, que não vendem por Nota de empenho, servindo apenas para verificação da compatibilidade da média praticada no mercado (pesquisas válidas), através da INTERNET (doc. 18).
Inciso I, do art. 5º	Consulta TRTs 2ª, 7ª e 19ª Região: Portal Transparência	Últimos 12 (doze) meses	- Identificado registro no TRT 2ª Região (doc. 19); - Não identificado registro nos demais Tribunais consultados (docs. 20/21).
Inciso IV, do art. 5º	Consulta no mercado - Solicitação de orçamento nº 004/2024 – doc. 06	Validade da proposta	Propostas: Docs. 23/26.
Inciso V, do art. 5º	Consulta de detalhamento de Nota Fiscal no Portal Transparência	- Hospital de Guarnição de Bagé (Exército Brasileiro); - Serviço Autônomo Municipal de Saúde de Ibitinga-SP; - Capitania Fluvial de Santarém (Marinha do Brasil); - Universidade Federal da Paraíba – UFPB; - Universidade Federal de Goiás – UFG; item 59 - Instituto Federal de Pernambuco – IFPE.	Notas fiscais e Ata SRP (Doc. 28)

Após a pesquisa, foi possível identificar preço que possa subsidiar a contratação.

Registra-se que: - Item 31 do DFD – Não foram identificados preços nas pesquisas de preços levadas a efeito por esta Unidade. Contactadas, as farmácias informaram que não trabalham com o produto e que o mesmo é fornecido apenas para hospitais;

Itens 58 e 59 – Valores unitários propostos pela empresa SUFRAMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALARE LTDA (R\$ 25,00 e R\$28,00, respectivamente) foram desconsiderados, por estar





consignado na proposta (doc.24) que os preços cotados referem-se a seringas “sem agulha”, quando o solicitado é “com agulha”;

Os valores constantes nas células em destaque com a cor vermelha foram desconsiderados para a extração da média, por se apresentarem inexequíveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados (saneamento das amostras);

Inobstante consultadas (docs. 08 e 15), as empresas Farmácia Beira Rio Ltda. e Lojão Hospitalar Comércio Varejista de Produtos Médicos Eireli não apresentaram propostas para a presente demanda.

Ressalte-se ainda que a justificativa para a escolha dos fornecedores aos quais foram encaminhadas as solicitações dos orçamento foi tão somente o ramo de atividade, com o intuito de verificar preços material de consumo da Coordenadoria de Saúde com o objetivo de atender às necessidades da Seção de Assistência Médica e Saúde Ocupacional, em todo o território nacional.

Desta forma, com base nas pesquisas realizadas, a despesa total estimada alcançou o importe de **R\$ 14.276,99 (catorze mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)**, consoante a planilha comparativa e estimativa de preços acostada aos autos (doc. 27).

A metodologia utilizada para definição do preço de referência foi a média aritmética dos preços obtidos nas pesquisas realizadas, cuja soma de todos os valores foi dividida pelo número de fornecedores, em razão de estarem dispostos de forma homogênea, considerando o uso da medida de dispersão denominada coeficiente de variação, havendo desconsideração de valores por se apresentarem inexequíveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados (saneamento das amostras), conforme detalhamento no Mapa Comparativo de Preços (doc. 27).

Para o cálculo do coeficiente de variação é necessária a utilização do desvio padrão que demonstra a distância dos valores em relação à média do conjunto e quanto mais próximo de 0 (zero) for o desvio-padrão, menos dispersos são os dados daquele conjunto.

Neste diapasão, o coeficiente de variação fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais



homogêneos serão os dados. O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado.

## 5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

---

**5.1** – As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte participantes do procedimento de contratação deverão comprovar seu enquadramento e condições por meio de declaração específica, facultado ao Tribunal, se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do ofertante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3.º, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 123/2006, e suas alterações, além do Decreto nº 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

## 6 – DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

---

**6.1** – A presente contratação será efetuada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 67/2021**, considerando tratar-se de contratação que envolve valor inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos) consoante DECRETO Nº 11.871/2023 e, ainda, considerando que nas linhas de fornecimento não foram despendidos nenhum valor neste exercício.

**6.2** – Para a presente contratação, será efetuada adjudicação por menor preço por item, com fundamento na legislação constante do subitem supra.



## 7 – DA PROPOSTA APRESENTADA

---

**7.1** – A proposta deverá conter o valor total do item.

**7.2** – A proposta deverá apresentar o preço total do produto com a inclusão de todos os insumos, tais como: impostos, taxas, frete, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, que serão da responsabilidade da contratada.

**7.3** – A validade da proposta apresentada deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos contados da data da apresentação.

**7.4** – De acordo com a legislação vigente, o preço contratado não será reajustado.

## 8 – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

---

**8.1** – A contratação ocorrerá com vigência de **54 (cinquenta e quatro) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho da Despesa, sem prejuízo da garantia estabelecida pelo art. 26, II, da Lei nº 8.078/1990 (SEÇÃO IV – Da Decadência e da Prescrição – Código de Defesa do Consumidor).

**8.1.1** A vigência estabelecida no subitem supra inclui os prazos de “entrega, reapresentação, recebimento definitivo e pagamento”.

**8.2** – Considerando tratar-se de contratação a ser processada mediante dispensa de licitação eletrônica, cujo prazo de execução não é superior à 30 (trinta) dias, **torna-se facultativa a elaboração de “termo de contrato”**, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 95, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.



**8.3** – A vigência estende-se até a data de pagamento no caso da execução contratual não puder ser efetuada dentro do prazo.

## **9 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

---

**9.1** – Emitir a Nota de Empenho da Despesa.

**9.2** – Receber o objeto contratado entregue de acordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e proposta apresentada, provisória e definitivamente, após verificação minuciosa da conformidade das funcionalidades com tais especificações.

**9.3** – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de servidor da Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, e se for o caso, com acompanhamento de servidor da Seção de Assistência Médica, responsável pela análise da conformidade dos produtos entregues, os quais deverão estar de acordo com os encargos previstos neste Termo de Referência.

**9.4** – Fornecer ou colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações necessários ao fornecimento dos produtos.

**9.5** – Efetuar o pagamento à Contratada, conforme condição estabelecida no subitem 15.1 deste instrumento.

**9.6** – Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

**9.7** – Sustar o recebimento do objeto contratado na hipótese de estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida.



**9.8** – A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou o acompanhamento pelo contratante, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9** – Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

**9.9.1** – Caberá ao responsável pelo recebimento definitivo (Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP), impulsionar tal processo administrativo, através de relatório que indique as falhas ocorridas e as penalidades a serem aplicadas.

**9.10** – Notificar, por escrito, a Contratada acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no serviço executado, bem como para reapresentá-lo, conforme especificado no item 3 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS” deste instrumento.

**9.11** – Previamente a emissão da nota de Empenho da Despesa, caberá a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF a realização de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitindo os resultados respectivos, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida, conforme previsão estabelecida pela Lei no 12.846/2013.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

**10.1** – Entregar o objeto contratado na quantidade, especificações técnicas, forma, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, para conferência.



**10.2** – Não transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

**10.3** – Reapresentar, às suas expensas, o objeto contratado recusado pelo contratante, em face do disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de apresentar imperfeição ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento.

**10.4** – Entregar os produtos constantes deste Termo de Referência, respeitando as normas INMETRO e/ou ABNT, e, ainda, observar as orientações estabelecidas no item 1. Aquisição de Bens, subitem 1.1. Bens de Consumo, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, *in verbis*:

#### **1. Aquisição de Bens**

A aquisição de bens é essencial para o desenvolvimento das atividades do órgão, devendo, por isso, constituir-se como uma das estratégias para a implementação de premissas de sustentabilidade na estrutura da organização. Desta forma, demonstra-se apropriada, sempre que possível, a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nos instrumentos convocatórios, como utilização de materiais recicláveis, produtos com maior durabilidade e que sejam constituídos pela menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos e que, nos processos de produção, consumam menor quantidade de matérias-primas e energia.

Bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento e a destinação final adequada.

#### **1.1. Bens de Consumo**

##### **Recomendações gerais**

Na aquisição de bens de consumo, deve-se **comprar somente o essencial** ao desenvolvimento das atividades do órgão, de



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

---

modo a reduzir a produção de resíduos e estimular o consumo consciente.

(Grifo nosso).

**10.5** – Manter atualizada, durante toda a execução do objeto do presente Termo de Referência, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, devendo a contratada informar ao contratante, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência.

**10.6** – Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto, endereço, correio eletrônico, telefone ou representante legal, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da mudança.

**10.7** – A CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 2.º, inc. V, da Resolução CNJ n.º 07/2005, alterada pela Resolução CNJ n.º 229/2016, que dispõe sobre a vedação nas contratações, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

**10.7.1** Para fins de cumprimento ao disposto no subitem 10.7 supra, deverá ser apresentada declaração de conformidade.

**10.8** – Apresentar declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

**10.9** – A Contratada deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

**10.10** – A Contratada deverá realizar cadastro junto ao sistema SIGEO,





por meio do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, para os fins estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato.

**10.10.1** Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, encontra-se disponível, na internet, **manual de ajuda do fornecedor**, que pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

**10.11** – A Contratada deverá observar, no que couber, a exigência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, quanto ao preenchimento de parte do quadro de funcionários das empresas com pessoas com deficiência, e a RECOMENDAÇÃO CSJT nº 24, de 21 março de 2022, para a inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, devendo comprovar periodicamente o cumprimento desta política.

## **11 – DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO DA DESPESA**

---

**11.1** – Emitida a Nota de Empenho da Despesa, a **Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP** deverá remeter cópia à Contratada, acompanhado de cópia deste Termo de Referência, via e-mail, objetivando ciência do procedimento de contratação.

**11.1.1** – Para fins de formalização do ato de recebimento dos supramencionados documentos, de forma idêntica, a Contratada deverá informar a sua recepção.

**11.2** – A empresa terá um prazo de até 05 (cinco) dias corridos para atender à convocação de que trata este item, prorrogável uma única vez, a critério do Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, na Lei n.º 14.133/2021 e legislação correlata.





**11.3** – Se a empresa não apresentar situação regular ou se recusar a receber a Nota de Empenho, injustificadamente, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, com aplicação das penalidades cabíveis, a teor do item “SANÇÕES” do presente Termo de Referência.

## **12 – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

---

**12.1** – A entrega do objeto contratado deverá ser realizada no horário das **8 h às 16 h**, em dias de funcionamento do Órgão, no seguinte local:

**Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP**, situada na Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 150, Centro, CEP 58.013-476 – João Pessoa – PB – endereço eletrônico: [cmp@trt13.jus.br](mailto:cmp@trt13.jus.br) – Fone (83) 3533-6190.

O prazo de entrega do objeto contratado não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho da Despesa.

O descumprimento do prazo acima estipulado resultará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Contratada e reconhecido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, desde que haja justificativa aceitável por parte da Contratada.

O objeto contratado deverá ser entregue dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades previstas.

O objeto entregue fica sujeito à substituição, pelo fornecedor, desde que comprovada a inconsistência com o que foi especificado neste Termo de Referência.

A substituição dos produtos com defeito, deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação expedida pela



Coordenadoria de Segurança Institucional – CSI à empresa sobre a recusa dos produtos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

**12.2** – O objeto será entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho da Despesa, sob pena de incorrer em penalidades arbitráveis, conforme art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 e sanções previstas no item 16 do presente instrumento.

**12.3** – Na forma do disposto no art. 140, II, da Lei n.º 14.133/2021, o objeto será recebido:

a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu recebimento, com verificação posterior da conformidade das especificações e exigências contratuais.

b) **definitivamente**, pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da entrega provisória e depois de concluída a verificação da qualidade e quantidade.

**12.4** – Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, o objeto não será recebido de forma definitiva, situação na qual os problemas indicados devem ser solucionados no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, quando será feita nova conferência.

**12.5** – O período entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a entrega, quando a responsabilidade pelo atraso no recebimento se der por culpa da contratada.

**12.6** – Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega, deverá encaminhar ao TRT da 13.ª Região solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverá constar: motivo para o não cumprimento do prazo com a respectiva comprovação, bem como a nova data prevista para entrega. Tal solicitação será analisada na forma da lei e



de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à contratada o teor da decisão proferida.

**12.7** – Na hipótese de denegação da prorrogação do prazo de entrega, descumprido o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas.

## **13 – DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO PRODUTO**

---

**13.1** – Identificados vícios de qualidade ou de quantidade no produto contratado, observar-se-á o disposto na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**13.1.1** – Por se tratar de produto durável, o contratante terá o prazo de 90 (noventa) dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, contados do recebimento definitivo do produto. Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

**13.1.2** Se o defeito for de fabricação do produto, o fornecedor tem 30 (trinta) dias para corrigi-lo ou saná-lo.

**13.1.3** – Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o contratante exigir alternativamente e à sua escolha:

a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

## **14 – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

---



**14.1** – A entrega do produto será fiscalizada por um representante da Administração, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, dando ciência de tudo à Administração.

**14.2** – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

**14.3** – Caso ocorra quaisquer dos motivos ensejadores de multas, o servidor indicado para o acompanhamento do objeto contratado, será o responsável pela abertura de processo administrativo, indicando o fato gerador e o valor a ser cobrado, para apreciação de instância superior.

## **15 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

---

**15.1** – O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o 10º (décimo) dia útil, após a entrada da Nota Fiscal/Fatura, sua conferência e o devido “atesto” pela Coordenadoria de Saúde- CSAÚDE, mediante Ordem Bancária emitida em nome da CONTRATADA e creditada em sua conta-corrente, que deverá estar especificada no corpo na referida Nota Fiscal/Fatura, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas em código de barras, se for o caso.

**15.1.1** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**15.2** – A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa



de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e consulta ao CADIN.

**15.3** – Caso a Nota Fiscal/Fatura seja apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a reapresentação.

**15.4** – Observar-se-á, se o CNPJ apresentado na nota fiscal é o mesmo constante dos documentos habilitatórios e proposta apresentada. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos ou das prorrogações contratuais.

**15.5** – Será efetuada pelo Contratante a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

**15.5.1** A retenção dos tributos, informada no Item anterior, não será efetuada caso a CONTRATADA apresente junto à Nota Fiscal/Fatura a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

**15.6** – Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de inadimplência contratual. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

**15.7** – Será de inteira e única responsabilidade da Contratada o ICMS referente ao produto e o seu recolhimento junto ao órgão arrecadador do Estado.



**15.8** – Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100} \text{ e } EM = I * N * VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**15.9** – O pagamento de quaisquer despesas somente poderá ser efetuado aos fornecedores de bens e serviços do TRT13 que estiverem cadastrados e enviarem as notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista no sistema SIGEO, sendo obrigação da Contratada **efetuar o cadastro** no referido sistema, no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, conforme estabelecido no subitem 10.10.

**15.9.1** A contratada deverá enviar, até o quinto dia útil, contado da entrega do objeto, notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista, por meio do sistema SIGEO.

**15.10** – O Contratado que der ensejo ao atraso no envio das informações à Receita Federal pelo Tribunal, em virtude de não cumprir as obrigações relativas ao cadastro e envio de documentos, na forma deste contrato, será responsabilizada por eventuais multas administrativas que vierem a ser aplicadas pela Receita Federal do Brasil.



## 16 – DAS SANÇÕES

---

**16.1** – Verificando-se alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica a Contratada infratora sujeita à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência
- b) multa
- c) impedimento de licitar e contratar
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**16.2** – Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurando à Contratada infratora o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**16.3** – Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às seguintes sanções:

a) **Advertência**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e IX, X, XI e XII da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) **Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento)** por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.

d) **Multa de 10 % (dez por cento)** sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei nº 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).





e) **Multa de 20 % (vinte por cento)** sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei nº 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

f) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da Lei nº 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**16.4** – A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

[...]

II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e **Judiciário**, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I do §6º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, na forma de regulamento.

**16.5** – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do *caput* deste artigo.

**16.6** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao





contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.7** – A aplicação das sanções previstas no *caput* do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16.8** – Na aplicação da sanção prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.9** – Conforme previsão estabelecida no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da referida Lei, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**16.10** – Conforme previsão estabelecida no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e **Judiciário** de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**16.11** – Conforme previsão estabelecida no art. 163 da Lei nº 14.133/2021, é admitida a reabilitação da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- reparação integral do dano causado à Administração Pública



- pagamento da multa
- transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade
- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo
- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no Art. 163 da Lei nº 14.133/2021

**16.11.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação da contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**17.1** – Os recursos para fazer face às despesas com o objeto da contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária do TRT 13ª Região, na Natureza de Despesa 339030, do Programa de Trabalho Resumido 167983.

## **18 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

---

**18.1** – As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como



garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição.

**18.2** – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.

**18.3** – Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

**18.4** – O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

**18.5** – As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

**18.6** - Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.



**18.7** – As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

**18.8** – A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

**18.9** – Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.

## **19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

**19.1** – A inexecução total ou parcial da contratação celebrado enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou regulamento, de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

**19.2** – A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

**19.3** – No procedimento que visa à rescisão da contratação, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**19.4** – Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

---

*\_datado e assinado eletronicamente\_*

**DAVID LIRA DE OLIVEIRA**

Seção de Suporte Prévio às Contratações  
Secretaria Administrativa



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA:

a) para fins do disposto na Resolução CNJ Nº 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução;

b) para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inc. VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

- Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

c) para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

c1) que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016 e que;

c2) não foi condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão: aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nºs 29 e 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

d) para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO  
EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNJ Nº 229/2016 DE 22/06/2016**

### **ANEXO III**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNJ Nº 229/2016 DE 22/06/2016**

#### **DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto na Resolução CNJ Nº 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução desta contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, na forma da citada Resolução.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO  
EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)

#### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

a) não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016; e que

b) não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)